

## **1 Contexto operacional**

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores das categorias industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, e está registrada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). A Companhia é controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Compass") por meio da participação direta de 99,14% do capital social, sendo controlada indiretamente pela Cosan Dez Participações S.A. que, por sua vez, mantém 88,00% do capital social de Compass. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o acionista controlador final da Cosan.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), e prorrogado até 31 de dezembro de 2049, mediante assinatura do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021.

### **1.1 Aquisição de créditos fiscais**

A Companhia firmou dois contratos de compra de créditos de ICMS com a parte relacionada Rumo Malha Paulista S.A, em condições normais de mercado, com deságio de 10% do valor de face. O primeiro contrato, no valor de R\$ 99.395, foi aprovado pela Secretária do Estado de São Paulo – SEFAZ, em 30 de novembro de 2021, estabelecendo a transferência em 13 parcelas, sendo a 1ª de R\$ 9.395 e as demais de R\$ 7.500 cada. Em 2022 foram transferidas 12 parcelas e a última, no valor de R\$ 7.500, transferida em janeiro de 2023. O segundo contrato, no valor de R\$29.152, foi aprovado pela SEFAZ em 06 de julho de 2022, estabelecendo a transferência em 2 parcelas, sendo que ambas foram integralmente recebidas pela Companhia em 2022.

Assim, do total de créditos de ICMS transacionados, R\$ 128.547, em 2022 foram transferidos R\$ 121.047, pelos quais a Companhia pagou R\$ 108.942 gerando um ganho de R\$ 12.105, reconhecido na linha de receita financeira com partes relacionadas (nota explicativa 5.4.b).

## **1.2 Impactos dos conflitos militares entre Rússia e Ucrânia**

Em 24 de fevereiro de 2022, houve uma invasão militar em larga escala na Ucrânia por tropas russas. O ataque militar em curso levou, e continua a levar, a baixas significativas, deslocamento da população, danos à infraestrutura e interrupção da atividade econômica na Ucrânia.

Em resposta, várias jurisdições, incluindo a União Europeia, Reino Unido e Estados Unidos da América impuseram sanções iniciais econômicas à Rússia (e, em certos casos, à Bielorrússia). Além da imposição de sanções, um número crescente de grandes empresas públicas e privadas anunciaram ações voluntárias para reduzir as atividades comerciais com a Rússia e a Bielorrússia. Essas ações incluem planos para alienar ativos ou descontinuar operações na Rússia/Bielorrússia, restringir exportações ou importações desses países e descontinuar a prestação de serviços.

Desde então, os mercados globais têm experimentado volatilidade e ruptura após a escalada das tensões geopolíticas e o início do conflito militar entre esses países. O conflito na Ucrânia promoveu um desbalanço da oferta e demanda de uma série de produtos e serviços, além da pressão nas expectativas globais quanto ao crescimento econômico mundial oriunda desse cenário de incerteza. A Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de óleo e gás natural, flutuação do câmbio e juros.

Até o momento, os efeitos do conflito Rússia-Ucrânia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. A Companhia continuará monitorando o aumento do risco nessas áreas para mudanças materiais.

## **2 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas (CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado). As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023.

### **3 Políticas contábeis**

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo.

#### **3.1 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia opera, gera e consome caixa.

#### **3.2 Uso de julgamentos e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Nota 5.3 - Contas a receber de clientes
- ii. Nota 5.9 - Mensurações de valor justo reconhecidas
- iii. Nota 7 - Ativos Intangíveis (definição de vida útil)
- iv. Nota 9 - Compromissos
- v. Nota 5.7 - Ativos e passivos setoriais

- vi. Nota 10 - Imposto de renda e contribuição social
- vii. Nota 11 - Provisão para demandas e depósitos judiciais
- viii. Nota 18 - Benefícios pós-emprego
- ix. Nota 19 - Pagamento baseado em ações

### 3.3 Reclassificação na demonstração de resultados

A Companhia aplica o modelo de ativo intangível conforme ICPC 01 / IFRIC 12 e CPC 04 / IAS 38 para a contabilização dos contratos de concessão de distribuição de gás natural. Até 31 de dezembro de 2021, a Companhia aplicava a política contábil consistente com o entendimento da essência da operação à época, classificando a amortização do ativo de concessão como despesas gerais e administrativas.

O avanço do mercado brasileiro no segmento de distribuição de gás e entrada de novos participantes no mercado permitiu que a Companhia reavaliasse tal política em 1 de janeiro de 2022, e mudasse voluntariamente a apresentação da classificação da amortização do contrato de concessão de despesas para custos de vendas, por entender que tal apresentação fornece informações mais relevantes aos usuários de suas demonstrações financeiras, pois está mais alinhada com as práticas adotadas pelo mercado. Esta reclassificação não impacta as margens regulatórias ou os principais indicadores utilizados pela Companhia.

A aplicação da mudança na política contábil gerou a seguinte reclassificação na demonstração do resultado no exercício comparativo:

	31/12/2021 (Originalmente apresentado)	31/12/2021 (Reclassificação)	31/12/2021 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	11.709.713	-	11.709.713
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.196.452)	(433.284)	(8.629.736)
<b>Resultado bruto</b>	<b>3.513.261</b>	<b>(433.284)</b>	<b>3.079.977</b>
Despesas de vendas	(125.413)	-	(125.413)
Despesas gerais e administrativas	(835.103)	433.284	(401.819)
Outras receitas operacionais, líquidas	26.587	-	26.587
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(933.929)</b>	<b>433.284</b>	<b>(500.645)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos</b>	<b>2.579.332</b>	<b>-</b>	<b>2.579.332</b>

#### **4 Informações por categoria de clientes**

A Companhia exerce uma única atividade operacional relacionada à distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo, contudo a Administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por categoria de clientes, bem como a métrica econômica LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização).

A agência reguladora determina as tarifas pelos diversos segmentos de clientes, que por sua vez, a Companhia divulga como categorias de clientes. A Companhia não efetua análises de ativos por categoria para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da Companhia, não pode ser segregada por categoria, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de categorias diferentes, portanto entendemos que a Companhia opera segundo um único segmento operacional.

As informações por categorias de clientes são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, que é o Presidente da Companhia, que é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho de clientes.

A composição da margem por categoria é a seguinte:

<b>Margem por categorias - 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022</b>									
<b>Categorias</b>	<b>Residencial</b>	<b>Comercial</b>	<b>Industrial</b>	<b>Cogeração</b>	<b>Automotivo</b>	<b>Termogeração</b>	<b>Receita de construção</b>	<b>Outras receitas / custos</b>	<b>Total</b>
Volumes m³ mil (não auditado)	321.535	147.741	3.550.580	354.092	218.985	3.531	-	-	4.596.464
Receita bruta	2.651.319	897.262	15.018.357	1.071.308	831.220	10.640	1.135.355	389.731	22.005.192
Deduções	(616.299)	(207.986)	(3.367.372)	(199.743)	(160.804)	(952)	-	(37.883)	(4.591.039)
Receita líquida	2.035.020	689.276	11.650.985	871.565	670.416	9.688	1.135.355	351.848	17.414.153
Custo	(743.600)	(344.572)	(9.742.921)	(746.314)	(589.622)	(8.267)	(1.135.355)	(651.455)	(13.962.106)
Resultado bruto	1.291.420	344.704	1.908.064	125.251	80.794	1.421	-	(299.607)	3.452.047
Despesas com vendas									(142.527)
Despesas gerais e administrativas									(498.140)
Outras receitas operacionais, líquidas									(87.600)
Despesas operacionais									(728.267)
Despesas financeiras									(1.073.581)
Receitas financeiras									465.485
Variação cambial									108.227
Derivativos									(110.213)
Resultado financeiro, líquido									(610.082)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social									2.113.698
Imposto de renda e contribuição social									(302.219)
<b>Resultado líquido do exercício</b>									<b>1.811.479</b>
<b>Reconciliação LAJIDA</b>									
Resultado líquido do exercício									1.811.479
Imposto de renda e contribuição social									302.219
Resultado financeiro, líquido									610.082
Amortizações									498.487
<b>LAJIDA</b>									<b>3.222.267</b>

**Margem por categorias - 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)**

<b>Categorias</b>	<b>Residencial</b>	<b>Comercial</b>	<b>Industrial</b>	<b>Cogeração</b>	<b>Automotivo</b>	<b>Receita de construção</b>	<b>Outras receitas / custos <sup>(i)</sup></b>	<b>Total</b>
Volumes m³ mil (não auditado)	312.314	127.996	3.804.594	412.153	202.019	-	-	4.859.076
Receita bruta	2.141.200	595.928	9.708.259	806.413	484.906	1.020.176	268.555	15.025.437
Deduções	(530.914)	(147.313)	(2.322.002)	(168.924)	(120.242)	-	(26.329)	(3.315.724)
Receita líquida	1.610.286	448.615	7.386.257	637.489	364.664	1.020.176	242.226	11.709.713
Custo <sup>(i)</sup>	(403.275)	(168.935)	(5.588.886)	(524.369)	(303.431)	(1.020.176)	(620.664)	(8.629.736)
Resultado bruto	1.207.011	279.680	1.797.371	113.120	61.233	-	(378.438)	3.079.977
Despesas com vendas								(125.413)
Despesas gerais e administrativas <sup>(i)</sup>								(401.819)
Outras despesas operacionais, líquidas								26.587
Despesas operacionais								(500.645)
Despesas financeiras								(735.522)
Receitas financeiras								401.246
Variação cambial								(60.888)
Derivativos								90.101
Resultado financeiro, líquido								(305.063)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social								2.274.269
Imposto de renda e contribuição social								(155.148)
<b>Resultado líquido do exercício</b>								<b>2.119.121</b>
<b>Reconciliação LAJIDA</b>								
Resultado líquido do exercício								2.119.121
Imposto de renda e contribuição social								155.148
Resultado financeiro, líquido								305.063
Amortizações								436.093
Outras amortizações								(1)
<b>LAJIDA</b>								<b>3.015.424</b>

(i) Classificamos R\$ 433.284 no custo, vide nota explicativa 3.3.

## 5 Ativos e passivos financeiros

### Política contábil:

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos ativos financeiros tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas, quando seus termos são modificados, e quando os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro, com base nos termos modificados, é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	939.570	771.817
Contas a receber de clientes	5.3	1.616.136	1.391.057
Ativos setoriais	5.7	321.899	558.310
Recebíveis de partes relacionadas	5.4	1.315	1.817
		<b>2.878.920</b>	<b>2.723.001</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Aplicações em operações compromissadas	5.1	301.686	119.833
Títulos e valores mobiliários	5.2	569.296	1.027.467
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	344.760	287.837
		<b>1.215.742</b>	<b>1.435.137</b>
<b>Total</b>		<b>4.094.662</b>	<b>4.158.138</b>
<b>Passivos</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(372.171)	(3.315.446)
Fornecedores	5.6	(1.554.695)	(1.669.767)
Outros passivos financeiros		(72.579)	(91.933)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		(15.806)	(2.035)
Parcelamento de débitos tributários		(5.549)	(5.786)
Arrendamentos		(43.670)	(47.268)
Passivos setoriais	5.7	(1.469.125)	(1.372.283)
Pagáveis a partes relacionadas	5.4	(11.735)	(7.435)
		<b>(3.545.330)</b>	<b>(6.511.953)</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.5	(6.608.469)	(3.634.890)
Instrumentos financeiros derivativos	5.8	(399.866)	-
		<b>(7.008.335)</b>	<b>(3.634.890)</b>
<b>Total</b>		<b>(10.553.665)</b>	<b>(10.146.843)</b>

## 5.1 Caixa e equivalentes de caixa

### Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Bancos conta movimento	87.054	40.041
Aplicações financeiras	1.154.202	851.609
	<b>1.241.256</b>	<b>891.650</b>

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Aplicações em fundos de investimento</b>		
Operações compromissadas	301.686	119.833
	<b>301.686</b>	<b>119.833</b>
<b>Aplicações em bancos</b>		
Certificado de depósitos bancários - CDBs	852.516	731.776
	<b>852.516</b>	<b>731.776</b>
	<b>1.154.202</b>	<b>851.609</b>

Operações compromissadas referem-se a compras de ativos, com compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, são títulos emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos diversos, liquidez e /ou carência limitada a 90 dias, para os quais não há penalidades relevantes ou outras restrições para resgate antecipado.

As aplicações financeiras da Companhia são rentabilizadas a taxas em torno de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

## 5.2 Títulos e valores mobiliários

### Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento superior a três meses e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	31/12/2022	31/12/2021
Títulos públicos	569.296	1.027.467
	<b>569.296</b>	<b>1.027.467</b>

Títulos públicos possuem taxa de juros atrelada à SELIC com a rentabilidade equivalente a aproximadamente 100% do CDI e vencimento entre dois e cinco anos com liquidez diária.

## 5.3 Contas a receber de clientes

### Política contábil:

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para mensurar as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofrida neste exercício. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2022	31/12/2021
Contas de gás a receber	812.225	491.818
Receita não faturada <sup>(i)</sup>	877.895	975.588
Outros	13.828	17.075
	<b>1.703.948</b>	<b>1.484.481</b>
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(87.812)	(93.424)
	<b>(87.812)</b>	<b>(93.424)</b>
<b>Total</b>	<b>1.616.136</b>	<b>1.391.057</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.595.449</b>	<b>1.375.260</b>
<b>Não circulante</b>	<b>20.687</b>	<b>15.797</b>

<sup>(i)</sup> A receita não faturada refere-se à parcela do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo, estimada e registrada no balanço para fins de competência.

Durante o exercício 2022, foram emitidas as deliberações nº 1.274, 1.294, 1.329, com reajustes médios, em cada deliberação, de 16%, para todas as categorias de clientes, com exceção do residencial e comercial. Em dezembro de 2022, foi emitida a deliberação nº 1.359 com reajuste médio de -9%, para todas as categorias, com exceção do residencial e comercial, o qual apresentou reajuste médio anual de 11%. O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	<b>31/12/2022</b>	<b>Perda esperada</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>Perda esperada</b>
A vencer	1.544.302	(2.835)	1.355.343	(2.605)
Vencidas:				
Até 30 dias	52.994	(310)	27.375	(237)
De 31 a 60 dias	12.612	(1.414)	8.150	(1.043)
De 61 a 90 dias	6.080	(2.080)	3.958	(1.896)
Mais de 90 dias	87.960	(81.173)	89.655	(87.643)
	<b>1.703.948</b>	<b>(87.812)</b>	<b>1.484.481</b>	<b>(93.424)</b>

A variação na perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são as seguintes:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>(112.281)</b>
(Adições) / Reversões	1.792
Baixas	17.065
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(93.424)</b>
(Adições) / Reversões	(12.502)
Baixas	18.114
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(87.812)</b>

## 5.4 Partes relacionadas

### Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada exercício é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

**a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Operações comerciais</b>		
Raízen S.A. e suas controladas <sup>(i)</sup>	401	1.157
Gás Brasileiro Distribuidora S.A.	105	-
	<b>506</b>	<b>1.157</b>
<b>Operações contratuais</b>		
Raízen S.A. e suas controladas	738	-
Rumo Malha Paulista S.A.	-	85
Rumo Malha Norte S.A.	-	41
Rumo Malha Sul S.A.	-	519
Cosan S.A.	71	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	-	15
	<b>809</b>	<b>660</b>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.315</b>	<b>1.817</b>
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Operações comerciais</b>		
Gás Brasileiro Distribuidora S.A. <sup>(ii)</sup>	3.324	-
	<b>3.324</b>	<b>-</b>
<b>Operações contratuais</b>		
Raízen S.A. e suas controladas <sup>(iii)</sup>	8.372	7.435
Compass Gás e Energia S.A.	39	-
	<b>8.411</b>	<b>7.435</b>
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>11.735</b>	<b>7.435</b>

**b) Transações com partes relacionadas:**

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receita operacional</b>		
Raízen S.A. e suas controladas <sup>(i)</sup>	10.547	9.213
Gás Brasileiro Distribuidora S.A.	143	-
Elevações Portuárias S.A. <sup>(i)</sup>	689	439
	<b>11.379</b>	<b>9.652</b>
<b>Compra de gás</b>		
Gás Brasileiro Distribuidora S.A. <sup>(ii)</sup>	(23.696)	-
	<b>(23.696)</b>	<b>-</b>
<b>Despesas compartilhadas</b>		
Raízen S.A. e suas controladas <sup>(iii)</sup>	(24.794)	(37.960)
	<b>(24.794)</b>	<b>(37.960)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Rumo Malha Paulista S.A. <sup>(iv)</sup>	12.105	-
	<b>12.105</b>	<b>-</b>

<sup>(i)</sup> Fornecimento de gás.

<sup>(ii)</sup> Compra de gás. A Companhia passou a ser parte relacionada a partir de 01 de julho de 2022, devido aquisição da Commit pela Compass.

<sup>(iii)</sup> Serviços compartilhados executados pela Raízen Energia S.A. de responsabilidade da Companhia. A natureza das despesas relacionadas ao centro de serviços compartilhados está relacionada aos seguintes serviços: processos de contabilidade, impostos, suporte jurídico, etc.

<sup>(iv)</sup> Deságio na compra de crédito de ICMS (Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias), vide nota 1.1.

### c) Remuneração dos administradores e diretores:

A Companhia possui uma política de remuneração aprovada pelo Conselho de Administração. A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia inclui salários, contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego, remuneração baseada em ações e bônus de longo prazo. Apresentamos a composição em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Benefícios de curto prazo a administradores	26.766	25.665
Benefícios pós-emprego	667	480
Bônus de longo prazo a administradores	6.317	4.370
Transações com pagamentos baseados em ações	1.641	5.941
	<b>35.391</b>	<b>36.456</b>

## 5.5 Empréstimos, financiamentos e debêntures

### Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e subsequentemente ao custo amortizado, exceto para as quais a Companhia adota *fair value option*.

A Companhia deixa de reconhecer quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os termos e condições dos empréstimos são os seguintes:

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Objetivo
	Indexador	Taxa anual de juros <sup>(i)</sup>				
<b>Com garantia</b>						
<b>BNDES</b>						
Projetos VI e VII	IPCA + 4,10%	10,40%	131.885	154.843	abr/2029	Investimento
Projeto VIII	IPCA + 3,25%	9,50%	1.653.501	945.663	jun/2034	Investimento
Projeto IX	IPCA + 5,74%	12,14%	544.925	-	dez/2036	Investimento
			<b>2.330.311</b>	<b>1.100.506</b>		
<b>Sem garantia</b>						
<b>Resolução 4.131</b>						
Scotiabank 2018	USD + 3,67%	3,67%	395.285	438.823	mai/2023	Capital de giro
Scotiabank 2021	USD + 1,36%	1,36%	377.705	414.378	fev/2024	Capital de giro
Scotiabank 2022	USD + 2,13%	2,13%	1.000.957	-	fev/2025	Capital de giro
<b>Debêntures</b>						
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	13,65%	-	165.478	dez/2022	Investimento
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	13,86%	114.014	108.451	dez/2025	Investimento
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	12,28%	907.366	873.474	dez/2023	Investimento
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	10,64%	523.837	501.278	out/2024	Investimento
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	12,36%	372.171	352.235	mai/2028	Capital de giro
8ª emissão - série única	CDI + 0,50%	12,21%	-	2.033.161	out/2022	Capital de giro
9ª emissão - 1ª série	IPCA + 5,12%	11,48%	491.153	484.974	ago/2031	Investimento
9ª emissão - 2ª série	IPCA + 5,22%	11,59%	467.841	477.578	ago/2036	Investimento
			<b>4.650.329</b>	<b>5.849.830</b>		
<b>Total</b>			<b>6.980.640</b>	<b>6.950.336</b>		
<b>Circulante</b>			<b>1.554.840</b>	<b>2.288.960</b>		
<b>Não circulante</b>			<b>5.425.800</b>	<b>4.661.376</b>		

(i) Para as dívidas que possuem derivativos atrelados, as taxas efetivas se encontram apresentadas na nota 5.8.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2022	31/12/2021
13 a 24 meses	1.101.805	1.443.892
25 a 36 meses	1.220.964	1.047.810
37 a 48 meses	339.889	135.491
49 a 60 meses	339.889	215.980
61 a 72 meses	339.934	215.980
73 a 84 meses	386.643	216.025
85 a 96 meses	382.451	261.191
Acima de 96 meses	1.314.225	1.125.007
	<b>5.425.800</b>	<b>4.661.376</b>

Os valores contábeis de empréstimos, financiamentos e debêntures são denominados nas seguintes moedas:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Reais	5.206.693	6.097.135
Dólar <sup>(i)</sup>	1.773.947	853.201
	<b>6.980.640</b>	<b>6.950.336</b>

<sup>(i)</sup> Em 31 de dezembro de 2022, todas as dívidas denominadas em dólares norte-americanos possuem proteção contra risco cambial através de derivativos (Nota 5.8).

Abaixo demonstramos a movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorrida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>7.043.909</b>
Captações	1.557.805
Amortização de principal	(1.768.394)
Pagamentos de juros	(419.092)
Juros, variação cambial e valor justo	536.108
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.950.336</b>
Captações	2.473.745
Amortização de principal	(2.275.698)
Pagamentos de juros	(469.746)
Juros, variação cambial e valor justo	302.003
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.980.640</b>

#### **Linhas de créditos não utilizadas**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos, que não foram utilizadas, no valor aproximadamente de R\$ 937.000.

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

#### **Cláusulas restritivas (“Covenants”)**

Alguns contratos relacionados às dívidas determinam a observância de certos índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

Dívida	Meta	Índice em 31/12/2022
BNDES	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,64
Resolução 4131	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,64
Debentures 4ª a 9ª emissões	Dívida onerosa líquida / LAJIDA não poderá ser superior a 4,00	1,64
Debentures 4ª emissão	Endividamento de curto prazo / Endividamento total não poderá ser superior a 0,6	0,17

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Dívida Líquida <sup>(i)</sup>	5.268.864	4.790.650
LAJIDA <sup>(*) (ii)</sup>	3.222.267	3.015.425
(=) Dívida Líquida/ LAJIDA	<b>1,64</b>	<b>1,59</b>
<i>(*) últimos doze meses</i>		
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Endividamento de curto prazo (líquido de derivativos)	1.214.736	2.291.228
Endividamento total (líquido de derivativos) <sup>(iii)</sup>	7.079.416	6.709.767
(=) Endividamento de curto prazo/Endividamento total	<b>0,17</b>	<b>0,34</b>

(i) "Dívida onerosa líquida" consiste no saldo de endividamento circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e de títulos e valores mobiliários:

Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.980.640
Instrumentos financeiros derivativos	55.106
Arrendamentos	43.670
Caixa e equivalentes de caixa	(1.241.256)
Títulos e valores mobiliários	(569.296)
<b>Total dívida líquida</b>	<b>5.268.864</b>

(ii) "LAJIDA" corresponde ao resultado líquido encerrado nos últimos 12 (doze) meses, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das amortizações;

(iii) "Endividamento total" corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos da Companhia, de curto e longo prazos, incluindo o saldo líquido das operações com derivativos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia estava cumprindo todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

## 5.6 Fornecedores

### Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 90 dias do reconhecimento.

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Fornecedores de gás/transportes	1.183.666	1.314.946
Fornecedores de materiais e serviços	371.029	354.821
	<b>1.554.695</b>	<b>1.669.767</b>

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras e a Gás Brasileiro, nas seguintes condições:

- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2020, com vigência até dezembro 2023, e com quantidade diária contratual atual de gás nacional de 6,40 milhões de m<sup>3</sup>/dia, denominado NMG.
- Contrato com a Petrobras na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2022, com vigência até dezembro 2023, e com quantidade diária contratual atual de gás de 6,40 milhões de m<sup>3</sup>/dia, denominado TC.
- Contrato de gás inscrito no Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) com a Petrobras, para abastecimento de 0,3 milhões de m<sup>3</sup>/dia com a Ingredion Brasil Ingredientes Industriais Ltda, com vigência até 31 de março de 2023.
- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, iniciado em abril 2008, com vigência até 26 de março de 2023 e volume médio mensal contratado de 1,35 milhões de m<sup>3</sup> e volume anual contratado de 16,20 milhões de m<sup>3</sup>.

Os contratos de fornecimento de gás natural, contrato NMG e TC, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a *Brent* no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Ambos os contratos são indexados ao dólar americano.

A Companhia possui convênio com instituição financeira que permite a antecipação de duplicatas para seus fornecedores. O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação (para maiores informações vide nota explicativa 5.10).

## 5.7 Ativos e passivos setoriais

### Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pelas ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

Conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados a Companhia ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, que acumula valores relativos a créditos tributários aproveitados pela Companhia mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

Com o advento da referida deliberação, a Companhia entende não haver mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece contabilmente a partir de 10 de junho de 2020, os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>241.749</b>	<b>(565.911)</b>	<b>(324.162)</b>
Custo de gás <sup>(i)</sup>	228.153	-	228.153
Créditos tributários <sup>(ii)</sup>	-	(167.397)	(167.397)
Atualização monetária <sup>(iii)</sup>	19.699	(263.410)	(243.711)
Crédito extemporâneo <sup>(iv)</sup>	-	(375.565)	(375.565)
Diferimento do IGP-M <sup>(v)</sup>	68.709	-	68.709
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>558.310</b>	<b>(1.372.283)</b>	<b>(813.973)</b>
Custo de gás <sup>(i)</sup>	(427.826)	-	(427.826)
Créditos tributários <sup>(ii)</sup>	-	18.447	18.447
Atualização monetária <sup>(iii)</sup>	81.402	(115.289)	(33.887)
Diferimento do IGP-M <sup>(v)</sup>	110.013	-	110.013
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>321.899</b>	<b>(1.469.125)</b>	<b>(1.147.226)</b>
<b>Circulante</b>	<b>128.521</b>	<b>(67.419)</b>	<b>61.102</b>
<b>Não circulante</b>	<b>193.378</b>	<b>(1.401.706)</b>	<b>(1.208.328)</b>
	<b>321.899</b>	<b>(1.469.125)</b>	<b>(1.147.226)</b>

(i) Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação da ARSESP prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes.

(ii) Refere-se ao valor líquido de créditos tributários sobre benefícios fiscais no exercício, conforme deliberação nº 1.359 de 10 de dezembro de 2022.

(iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.

(iv) Crédito da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide detalhamento na nota 6.

(v) Apropriação do diferimento do IGP-M para as categorias de clientes residencial e comercial, reconhecidos no ativo não circulante, conforme deliberação nº 1.162 de 26 de maio de 2021 e 7º Termo Aditivo do Contrato de Concessão em 01 de outubro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou o saldo de passivo financeiro setorial líquido de (R\$ 1.147.226), sendo (R\$ 813.973) saldo inicial, (R\$ 409.370) em contrapartida à receita operacional líquida e custo dos produtos vendidos, (R\$ 33.887) em contrapartida ao resultado financeiro e R\$ 110.013 em contrapartida a receita bruta na prestação de serviços e outros.

## 5.8 Instrumentos financeiros derivativos

### Política contábil:

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. A contabilização de alterações subsequentes no valor justo depende de o derivativo ser designado como um instrumento de hedge e, em caso afirmativo, a natureza do item objeto de hedge. A Companhia designa certos derivativos como hedge de valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo).

No início do relacionamento de hedge, a Companhia documenta a relação econômica entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos, incluindo mudanças nos fluxos de caixa dos instrumentos de hedge as quais devem compensar as mudanças nos fluxos de caixa dos itens protegidos por hedge. A Companhia documenta seu objetivo e estratégia de gerenciamento de risco para a realização de suas operações de hedge. Mudanças no valor justo de qualquer instrumento derivativo que não se qualifique para contabilização de hedge são reconhecidas imediatamente no resultado e estão incluídas em outros ganhos / (perdas).

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos designados nas relações de hedge são divulgados abaixo. O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses. Outros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante.

A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge* quanto em uma base contínua (anual), sobre se os instrumentos de hedge enquadrados em *hedge accounting* devem ser altamente eficazes na compensação das mudanças no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos atribuíveis.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

### • Derivativos que não se qualificam para contabilidade de *hedge*

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores justos relacionados a operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis tais como preços cotados em mercados ativos, ou fluxo de caixa descontado baseado em curvas de mercado, e são apresentados abaixo:

	<b>Nocional</b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Risco de taxa de câmbio e juros</b>				
Contratos de <i>swap</i> (juros)	4.919.169	2.695.617	31.748	119.993
Contratos de <i>swap</i> (juros e câmbio) <sup>(i)</sup>	1.772.775	675.375	(86.854)	167.844
	6.691.944	3.370.992	(55.106)	287.837
<b>Total dos instrumentos financeiros</b>			<b>(55.106)</b>	<b>287.837</b>
<b>Ativo circulante</b>			<b>344.760</b>	-
<b>Ativo não circulante</b>			-	<b>287.837</b>
<b>Passivo não circulante</b>			<b>(399.866)</b>	-
<b>Total</b>			<b>(55.106)</b>	<b>287.837</b>

(i) Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos em R\$ pela taxa de Dólar do dia da contratação.

Derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico e não como investimentos especulativos.

### **Hedge de valor justo**

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* do valor justo para algumas de suas operações, tanto os instrumentos de *hedge* quanto os itens protegidos por *hedge* são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado.

As dívidas que possuem *hedge* de risco de juros estão indicadas na tabela abaixo:

<b>Hedge risco de juros</b>	<b>Nocional</b>	<b>Valor registrado</b>		<b>Ajuste de valor acumulado</b>	
		<b>31/12/2022</b>	31/12/2021	<b>31/12/2022</b>	31/12/2021
<b>Empréstimo, financiamento e debêntures</b>					
<b>Itens designados</b>					
5ª emissão – série única	<b>(684.501)</b>	<b>(907.366)</b>	(873.474)	<b>(33.892)</b>	17.184
BNDES Projeto VIII	<b>(1.000.000)</b>	<b>(851.689)</b>	(921.949)	<b>70.260</b>	(921.949)
<b>Total débito</b>	<b>(1.684.501)</b>	<b>(1.759.055)</b>	(1.795.423)	<b>36.368</b>	(904.765)
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>					
<b>Instrumentos de <i>hedge</i></b>					
5ª emissão – série única	<b>684.501</b>	<b>221.000</b>	189.928	<b>1.248</b>	(21.813)
BNDES Projeto VIII	<b>1.000.000</b>	<b>(90.193)</b>	(51.220)	<b>(57.944)</b>	(51.220)
<b>Total derivativos</b>	<b>1.684.501</b>	<b>130.807</b>	138.708	<b>(56.696)</b>	(73.033)
<b>Total líquido</b>	-	<b>(1.628.248)</b>	(1.656.715)	<b>(20.328)</b>	(977.798)

### **Opções por valor justo**

Certos instrumentos derivativos não foram atrelados a estruturas de *hedge* documentadas e, portando, não foi utilizado o expediente da contabilidade *hedge*, previsto no CPC 48 – Instrumento Financeiros. A Companhia optou por designar os passivos protegidos (objetos de *hedge*) para registro ao valor justo por meio do resultado. Considerando que os instrumentos de derivativos sempre são contabilizados ao valor justo por meio do resultado:

Risco de câmbio	Nocional	Valor registrado		Ajuste de valor acumulado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Empréstimos, financiamentos e debêntures</b>					
4131 Scotiabank (2018) US\$ + 3,67%	(268.125)	<b>(395.285)</b>	(438.823)	<b>(2.680)</b>	(18.230)
4131 Scotiabank (2021) US\$ + 1,36%	(407.250)	<b>(377.705)</b>	(414.378)	<b>15.545</b>	5.526
4131 Scotiabank (2022) US\$ + 2,13%	(1.097.400)	<b>(1.000.957)</b>	-	<b>51.798</b>	-
<b>Total débito</b>	<b>(1.772.775)</b>	<b>(1.773.947)</b>	(853.201)	<b>64.663</b>	(12.704)
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>					
EIB 3ª Tranche BRL + 88,5% do CDI	-	-	-	-	844
EIB 4ª Tranche BRL + 81,1% do CDI	-	-	-	-	2.583
4131 Scotiabank (2018) BRL + 107,9% do CDI	268.125	<b>123.760</b>	168.358	<b>(61.685)</b>	20.794
4131 Scotiabank (2020) BRL + CDI + 2,75%	-	-	-	-	15.711
4131 Scotiabank (2021) BRL + CDI + 1,25%	407.250	<b>(50.245)</b>	(514)	<b>(88.612)</b>	(6.628)
4131 Scotiabank (2022) BRL + CDI + 1,20%	1.097.400	<b>(160.369)</b>	-	<b>(217.215)</b>	-
<b>Total derivativos</b>	<b>1.772.775</b>	<b>(86.854)</b>	167.844	<b>(367.512)</b>	33.304
<b>Total líquido</b>	<b>-</b>	<b>(1.860.801)</b>	(685.357)	<b>(302.849)</b>	20.600

Risco de juros	Nocional	Valor registrado		Ajuste de valor acumulado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Empréstimos, financiamentos e debêntures</b>					
4ª emissão - 2ª série IPCA + 7,48%	-	-	-	-	-
4ª emissão - 3ª série IPCA + 7,36%	<b>(114.818)</b>	<b>(114.014)</b>	-	<b>(114.014)</b>	-
6ª emissão - série única IPCA + 4,33%	<b>(523.993)</b>	<b>(523.837)</b>	-	<b>(523.837)</b>	-
9ª emissão - 1ª série IPCA + 5,12%	<b>(500.000)</b>	<b>(491.153)</b>	(484.974)	<b>(6.179)</b>	(484.974)
9ª emissão - 2ª série IPCA + 5,22%	<b>(500.000)</b>	<b>(467.841)</b>	(477.578)	<b>9.737</b>	(477.578)
BNDES Projetos VI e VII IPCA + 4,10%	<b>(160.126)</b>	<b>(131.885)</b>	-	<b>(131.885)</b>	-
BNDES Projetos VIII IPCA + 3,25%	<b>(870.149)</b>	<b>(801.812)</b>	-	<b>(801.812)</b>	-
BNDES Projetos IX IPCA + 5,74%	<b>(565.582)</b>	<b>(544.925)</b>	-	<b>(544.925)</b>	-
<b>Total débito</b>	<b>(3.234.668)</b>	<b>(3.075.467)</b>	(962.552)	<b>(2.112.915)</b>	(962.552)
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>					
4ª emissão - 2ª série 94,64% CDI	-	-	-	<b>(3.900)</b>	-
4ª emissão - 3ª série 112,49% CDI	<b>114.818</b>	<b>(778)</b>	-	<b>(5.096)</b>	-
6ª emissão - série única 89,9% CDI	<b>523.993</b>	<b>(10.419)</b>	-	<b>(26.161)</b>	-
9ª emissão - 1ª série 109,20% CDI	<b>500.000</b>	<b>(17.705)</b>	(5.776)	<b>(37.517)</b>	(5.776)
9ª emissão - 2ª série 110,50% CDI	<b>500.000</b>	<b>(40.441)</b>	(12.939)	<b>(53.304)</b>	(12.939)
BNDES Projetos VI e VII 87,50% CDI	<b>160.126</b>	<b>(2.046)</b>	-	<b>(6.923)</b>	-
BNDES Projeto VIII 82,94% CDI	<b>870.149</b>	<b>(21.039)</b>	-	<b>(48.613)</b>	-
BNDES Projetos IX 98,9% CDI	<b>565.582</b>	<b>(6.631)</b>	-	<b>(6.631)</b>	-
<b>Total derivativos</b>	<b>3.234.668</b>	<b>(99.059)</b>	(18.715)	<b>(188.145)</b>	(18.715)
<b>Total líquido</b>	<b>-</b>	<b>(3.174.526)</b>	(981.267)	<b>(2.301.060)</b>	(981.267)

## 5.9 Mensurações de valor justo reconhecidas

### Política Contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. O uso de preços de mercado cotados;

- ii. Para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis no mercado;
- iii. Para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho de Administração.

A tesouraria regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho de Administração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliários, contratos de derivativos e títulos.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	<b>Ativos e passivos mensurados ao valor justo <sup>(i)</sup></b>			
	<b>Valor contábil</b>		<b>Nível 2</b>	<b>Nível 2</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Ativos</b>				
Aplicações em operações compromissadas	301.686	119.833	301.686	119.833
Títulos e valores mobiliários	569.296	1.027.467	569.296	1.027.467
Instrumentos financeiros derivativos	344.760	287.837	344.760	287.837
<b>Total</b>	<b>1.215.742</b>	<b>1.435.137</b>	<b>1.215.742</b>	<b>1.435.137</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.608.469)	(3.634.890)	(6.608.469)	(3.634.890)
Instrumentos financeiros derivativos	(399.866)	-	(399.866)	-
<b>Total</b>	<b>(7.008.335)</b>	<b>(3.634.890)</b>	<b>(7.008.335)</b>	<b>(3.634.890)</b>

<sup>(i)</sup> As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato de estes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve alteração na classificação dos níveis.

## 5.10 Gestão de risco financeiro

### Política contábil:

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado pela tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O Conselho fornece princípios escritos para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excesso de liquidez. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

Quando todos os critérios relevantes são atendidos, a contabilidade de *hedge* é aplicada para eliminar o descasamento contábil entre o instrumento de *hedge* e o item coberto. Isso resultará efetivamente no reconhecimento da despesa de juros a uma taxa de juros fixa para os empréstimos com taxa de juros flutuante protegidos.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

### a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela Política de Tesouraria.

#### i. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar:

	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.773.947)	(853.201)
Instrumentos financeiros derivativos	1.773.947	853.201
<b>Risco cambial líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares.

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos projetados para 31 de dezembro de 2022, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%.

O cenário provável considera as taxas de câmbio estimadas, realizadas por terceira parte especializada, na data de vencimento das operações para as Companhias com moeda funcional Real (positivos e negativos, antes dos efeitos fiscais), da seguinte forma:

	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)					
	31/12/2022	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Dólar	5,22	5,25	6,56	7,88	3,94	2,63

Instrumento	Fator de risco	Provável	Cenário			
			25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Variação na taxa de câmbio	(10.982)	(446.232)	(892.464)	446.232	892.464
Derivativos de taxa de juros e câmbio	R\$/ US\$	10.982	446.232	892.464	(446.232)	(892.464)
<b>Impactos de (perdas) ou ganhos no exercício</b>		-	-	-	-	-

## ii. Risco da taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com seus empréstimos e em sua maioria utiliza instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, elaborada por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN) em 06 de janeiro de 2023, como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de juros				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
CDI	13,25	16,57	19,88	9,94	6,63
IPCA	4,98	6,23	7,47	3,74	2,49
IGPM	4,45	5,56	6,67	3,34	2,22

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de empréstimos e financiamentos em compensação dos investimentos do CDI com aumentos e reduções antes dos impostos de 25% e 50% é apresentada abaixo:

	Provável	Cenário			
		25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	165.759	207.199	248.639	124.319	82.880
Títulos e valores mobiliários	76.025	95.031	114.037	57.019	38.012
Derivativos de taxa de juros	(1.643)	(100.997)	(93.496)	(127.003)	(147.673)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(304.082)	(327.748)	(393.298)	(196.649)	(131.099)
<b>Impactos de perdas no exercício</b>	<b>(63.941)</b>	<b>(126.515)</b>	<b>(124.118)</b>	<b>(142.314)</b>	<b>(157.880)</b>

## b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem honrar os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam afetar suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.241.256	891.650
Títulos e valores mobiliários	569.296	1.027.467
Contas a receber de clientes <sup>(i)</sup>	1.616.136	1.391.057
Instrumentos financeiros derivativos	344.760	287.837
Recebíveis de partes relacionadas	1.315	1.817
	<b>3.772.763</b>	<b>3.599.828</b>

<sup>(i)</sup> Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía uma carteira de aproximadamente 2.38 milhão de clientes (não auditado), das categorias de clientes residencial, comercial, industrial, automotivo, termogeração e cogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência.

A Companhia também está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários, e qualquer interrupção que afete seus intermediários financeiros também poderá afetar adversamente suas operações.

A exposição da Companhia ao risco de recebíveis comerciais (Nota 5.3) é reduzida, dada a característica pulverizada da base de clientes. No entanto, ainda mantém reservas para potenciais perdas de crédito. O controle de risco avalia a qualidade de crédito da carteira de clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de risco individuais são definidos com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites estabelecidos pela Administração. A conformidade com os limites de crédito pelos clientes é regularmente monitorada pela Administração.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”, reduzindo substancialmente o risco de crédito. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é determinado por instrumentos de classificação amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
AAA	2.081.945	2.206.007
AA	73.366	947
	<b>2.155.312</b>	<b>2.206.954</b>

### c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia em administrar a liquidez é assegurar, na medida do possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação da Companhia.

Os passivos financeiros são classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2022				31/12/2021
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.990.681)	(1.544.827)	(2.644.512)	(4.887.375)	(11.067.395)
Instrumentos financeiros derivativos	(21.106)	(216.444)	(238.453)	1.055.657	579.654
Fornecedores	(1.554.695)	-	-	-	(1.554.695)
Outros passivos financeiros <sup>(i)</sup>	(72.579)	-	-	-	(72.579)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(15.806)	-	-	-	(15.806)
Parcelamento de débitos tributários	(825)	(825)	(1.653)	(2.548)	(5.851)
Arrendamentos	(8.232)	(7.984)	(14.052)	(31.001)	(61.269)
Pagáveis a partes relacionadas	(11.735)	-	-	-	(11.735)
	<b>(3.675.659)</b>	<b>(1.770.080)</b>	<b>(2.898.670)</b>	<b>(3.865.267)</b>	<b>(12.209.676)</b>
					<b>(11.870.297)</b>

- <sup>(i)</sup> Em 31 de dezembro de 2022, o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 72.579 (R\$ 91.933 em 31 de dezembro de 2021). O prazo de pagamento destas operações é de até 90 dias. A operação de risco sacado é uma opção do fornecedor e não altera as condições comerciais entre as partes (prazo e valor do serviço). A antecipação de recebíveis por parte dos fornecedores se dá com base no aceite aos termos, incluindo as taxas de antecipação destas operações. A Companhia não exerce qualquer influência na decisão do fornecedor, assim como não recebe nenhum benefício por parte do banco nessa operação.

## 6 Outros tributos a recuperar

### Política contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2022	31/12/2021
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) <sup>(i)</sup>	356.242	787.661
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS)	217.830	207.319
Programa de Integração Social (PIS) <sup>(i)</sup>	182.479	171.005
Outros	103	38
	<b>756.654</b>	<b>1.166.023</b>
<b>Circulante</b>	<b>724.750</b>	<b>176.865</b>
<b>Não circulante</b>	<b>31.904</b>	<b>989.158</b>

<sup>(i)</sup> Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS.

A Companhia reconheceu créditos referentes ao tema, conforme explicitado na nota 6 das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021.

Deferido pela Secretaria da Receita Federal (“SRF”), em 30 de março de 2022, o pedido de habilitação dos créditos de PIS e COFINS apurados desde julho de 2008, a Companhia passou a utilizá-los para os pagamentos mensais de PIS e COFINS (total de créditos de PIS/COFINS utilizados no exercício foi de R\$ 470.943), bem como para os pagamentos trimestrais de IRPJ e CSLL. A expectativa é que o montante registrado no circulante seja utilizado nos próximos 12 meses.

## 7 Ativos intangíveis

### Política contábil:

#### a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os ativos de contrato são mensurados ao custo, capitalizados e transferidos para os ativos intangíveis na medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

A Companhia reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro ajustado ao valor justo, pois representa um contas a receber junto ao poder concedente. Essa classificação está de acordo com o ICPC 01 / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

#### **b) Contratos com clientes**

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

#### **c) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### **d) Amortização**

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que a Administração entende que os respectivos ativos estão em condições ideais para serem utilizados.

Conforme definido nas portarias CSPE nº 22 de 19 de novembro de 1999 e nº 50 de 08 de maio de 2000, devem compor o intangível de concessão as classes de ativos apresentados na tabela abaixo, e para cada classe de ativo existe uma amortização específica calculada de forma linear ao longo de sua vida útil estimada, e a Companhia utiliza essas mesmas vidas úteis deliberadas pelo órgão regulador para amortização, pois em avaliação concluiu que as vidas úteis estão consistentes com a vida útil real de cada classe de ativos, como segue:

Edificações e benfeitorias	2% a 5%
Fidelização de clientes	20% a 50%
Máquinas e equipamentos	3,33% a 20%
Tubulações	3,33% a 4%
Veículos	20%
Outros	10% a 20%

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

	Contrato de concessão	Fidelização de clientes	Fidelização de clientes em andamento	Outros	Total
<b>Valor de custo:</b>					
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>7.843.347</b>	<b>912.996</b>	<b>74.059</b>	<b>1.787</b>	<b>8.832.189</b>
Adições	-	-	154.900	-	154.900
Baixas <sup>(i)</sup>	(169.815)	(44)	-	-	(169.859)
Transferências <sup>(ii)</sup>	974.063	159.107	(159.362)	2.274	976.082
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>8.647.595</b>	<b>1.072.059</b>	<b>69.597</b>	<b>4.061</b>	<b>9.793.312</b>
Adições	-	-	113.498	-	113.498
Baixas	(57.239)	(19)	-	-	(57.258)
Transferências <sup>(ii)</sup>	756.509	97.702	(97.708)	986	757.489
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9.346.865</b>	<b>1.169.742</b>	<b>85.387</b>	<b>5.047</b>	<b>10.607.041</b>
<b>Valor de amortização:</b>					
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>(2.844.628)</b>	<b>(777.015)</b>	-	<b>(128)</b>	<b>(3.621.771)</b>
Adições	(344.729)	(87.944)	-	(602)	(433.275)
Baixas <sup>(i)</sup>	152.236	114	-	-	152.350
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(3.037.123)</b>	<b>(864.843)</b>	-	<b>(730)</b>	<b>(3.902.696)</b>
Adições	(386.536)	(104.864)	-	(888)	(492.288)
Baixas	25.430	1	-	-	25.431
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(3.398.229)</b>	<b>(969.706)</b>	-	<b>(1.618)</b>	<b>(4.369.553)</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>5.610.472</b>	<b>207.216</b>	<b>69.597</b>	<b>3.331</b>	<b>5.890.616</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>5.948.636</b>	<b>200.036</b>	<b>85.387</b>	<b>3.429</b>	<b>6.237.488</b>

(i) Contempla o montante de R\$ 142.316 referente a baixa de ativos totalmente amortizados.

(ii) O montante das transferências contempla, também, uma parcela do ativo intangível que foi reclassificada para ativo financeiro no montante de R\$ 31.445 (R\$ 45.814 findos em 31 de dezembro de 2021).

## Redução ao valor recuperável

Os ativos intangíveis de vida útil definida, que estão sujeitos à amortização, são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício. Não há intangíveis de vida útil indefinida na Companhia.

## 8 Ativos de contrato

### Política contábil

Ativos de contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis (Nota 7).

	Ativos de contrato
<b>Valor de custo:</b>	
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>686.690</b>
Adições	1.020.176
Transferência para ativo intangível	(1.021.896)
<b>Saldo em 31º de janeiro de 2021</b>	<b>684.970</b>
Adições	1.135.355
Transferência para ativo intangível	(788.934)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.031.391</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram adicionados R\$ 103.084 nos ativos de contrato gerados internamente (R\$ 83.046 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

### **Compromissos de investimento (não auditado)**

A Companhia assumiu compromissos de longo prazo em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (expansão, melhorias e manutenções) a serem realizados até a finalização do prazo da concessão, em 30 de maio de 2049. Os valores dos investimentos, para projetos de expansão e suporte operacional são de, aproximadamente, R\$ 20 bilhões, além de investimentos em suporte administrativo, com previsão de desembolso de cerca de R\$ 3 bilhões, a valor presente a serem investidos anualmente de forma linear.

Considerando que o contrato de concessão prevê uma regulação por incentivo, definindo-se a cada ciclo quinquenal um plano de negócios eficiente à luz de uma taxa de retorno de capital definida à época, para garantir a oportunidade para a concessionária obter uma remuneração apropriada para os seus investimentos, a cada revisão tarifária a Comgás proporá um plano regulatório vinculativo aderente à realidade da época e considerando a taxa de retorno de capital definida pelo órgão regulador.

### **Capitalização de custos de empréstimos**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram capitalizados R\$ 70.884 a uma taxa média de 12,06% a.a. (R\$ 33.829 e 8,45% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

## **9 Compromissos**

### **Compromissos com contratos de fornecimento**

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Companhia possui um compromisso financeiro total a valor presente estimado em R\$ 10.954.314, dos quais R\$ 15.554 são com a parte relacionada Gás Brasileiro Distribuidora S/A, que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2023.

## 10 Imposto de renda e contribuição social

### Política contábil:

A alíquota de imposto de renda e contribuição social é de 34%. O imposto corrente e diferido são reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### i. Imposto corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

#### ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

#### iii. Exposição Fiscal

Ao determinar o valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

#### iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

## a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.113.698	2.274.269
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(718.657)	(773.251)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Benefício ICMS extemporâneo <sup>(i)</sup>	240.251	290.745
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(4.943)	(8.880)
Juros sobre capital próprio	20.956	10.012
Benefício ICMS - exercício corrente <sup>(i)</sup>	172.167	100.281
Selic indêbitos <sup>(ii)</sup>	(26.003)	132.773
Outros	14.010	93.172
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		
<b>Corrente</b>	<b>(552.971)</b>	<b>(151.792)</b>
<b>Diferido</b>	<b>250.752</b>	<b>(3.356)</b>
	<b>(302.219)</b>	<b>(155.148)</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>14,30%</b>	<b>6,82%</b>

(i) Crédito extemporâneo no montante de R\$ 272.593 (R\$ 240.251 principal e R\$ 32.342 juros), utilizados por meio de sua compensação com IR, CSLL, PIS e COFINS a pagar vencidos no exercício, relativos aos pagamentos a maior de IRPJ e de CSLL, por conta da não tributação do benefício da redução de base de cálculo de ICMS no Estado de São Paulo de 12% à 15% por força do art. 8º do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 45.900 (“RICMS/SP”), com redação dada pelo Decreto Estadual nº 62.399/2016, nos anos de 2017, 2018 e 2019, quando esse benefício não era computado na apuração do IR e CSLL devidos pela Companhia. Esses créditos foram reconhecidos pela Companhia com base no seu melhor entendimento sobre o tema, consubstanciada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a qual levou em consideração toda a jurisprudência aplicável ao tema. A Companhia levou ainda em consideração todas as regras contábeis vigentes, as quais após serem analisadas em conjunto, não indicaram nenhum outro efeito contábil a ser reconhecido. Em março de 2022, houve julgamento sobre o tema na 1ª Turma do STJ, favorável ao contribuinte, envolvendo benefício fiscal de diferimento do ICMS, obtido mediante contrato. Em abril de 2022, houve julgamento na 2ª Turma do STJ, desfavorável ao contribuinte, em caso que envolvia redução da base de cálculo do ICMS. Com base nestes acontecimentos, a Administração, baseada nas opiniões de seus assessores jurídicos externos, reclassificou a probabilidade de perda em eventual discussão específica sobre o tema de remota para possível. O montante utilizado pela Companhia referente a crédito extemporâneo e corrente, até 31 de dezembro de 2022, totaliza R\$ 903.940 (R\$ 803.444 principal e R\$ 100.496 juros). Adicionalmente a Companhia recebeu (i) em dezembro de 2022 um auto de infração e (ii) em janeiro de 2023 despachos decisórios de não homologação de compensações, relativos a não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do incentivo fiscal de redução de base de cálculo do ICMS, nos períodos de 2015, 2016 e 2017, no valor total de R\$ 370.856, avaliado como perda possível pelos assessores jurídicos externos e pela administração (para maiores informações vide notas explicativas 11.a e 20.a).

(ii) Considerando os efeitos do julgamento do STF RE nº 1.063.187, datado de 24 de setembro de 2021, a Companhia concluiu que determinados efeitos financeiros relativos à recomposição patrimonial no caso de repetição de indébito de tributos não deveriam compor a base do lucro real da Companhia. Em abril de 2022, o STF modulou a decisão de setembro do ano passado no sentido de que os fatos geradores posteriores a 30 de setembro de 2021 não deverão sofrer a tributação, porém, para os fatos geradores anteriores à essa data, para não ocorrer a tributação, o contribuinte deveria ter proposto ação judicial anterior à data do início do julgamento virtual do processo que começou no dia 17 de setembro de 2021. Como a Companhia entrou com o processo na semana do julgamento, foram revertidos do balanço os créditos de fatos geradores anteriores à 2021, no montante de R\$ 58.127 dos anos de 2016 a 2020. O montante dos créditos acumulados relativos ao ano de 2022 é de R\$ 32.124.

Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 58.162 (R\$ 58.127 em 31 de dezembro de 2021), registrado no ativo não circulante refere-se a imposto de renda e contribuição social sobre saldos credores dos exercícios 2013 a 2016 e 2021.

O saldo de imposto de renda e contribuição social no passivo circulante, no montante de R\$ 79.362 (R\$ 11.941 em 31 de dezembro de 2021) está apresentado líquido de valores credores de mesma natureza.

## b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Créditos ativos de:</b>		
Diferenças temporárias <sup>(i)</sup>	283.694	57.795
Provisão para demandas judiciais	22.797	26.176
Obrigação de benefício pós-emprego <sup>(ii)</sup>	152.373	159.978
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	13.263	11.429
Transações com pagamento baseado em ações	2.758	1.804
Provisões de participações no resultado e bônus	22.305	17.879
Outros	33.919	23.533
<b>Tributos diferidos - Ativos</b>	<b>531.109</b>	<b>298.594</b>
<b>Créditos passivos de diferenças temporárias</b>		
Revisão de vida útil de intangível	(175.421)	(202.759)
Variação cambial - Empréstimos e financiamentos <sup>(iii)</sup>	(36.861)	-
Arrendamento mercantil	(2.869)	(3.349)
Resultado não realizado com derivativos e valor justo dos empréstimos	(90.209)	(127.681)
Outros	(62.512)	(39.411)
<b>Tributos diferidos - Passivos</b>	<b>(367.872)</b>	<b>(373.200)</b>
<b>Total de tributos diferidos registrados</b>	<b>163.237</b>	<b>(74.606)</b>

<sup>(i)</sup> No segundo trimestre de 2022, foi oferecida à tributação de imposto de renda e contribuição social, o valor de R\$ 563.175 (R\$ 191.480 de imposto), referente ao principal dos créditos de PIS e COFINS, oriundos da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, tendo em vista que a primeira compensação desses tributos ocorreu no segundo trimestre. O montante de R\$ 283.694 (R\$ 834.396 de base) em diferenças temporárias, refere-se basicamente à provisão de devolução de crédito extemporâneo no passivo setorial. Para maiores detalhes vide nota 6.

- (ii) O crédito relacionado à diferença de base contábil e fiscal do plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 10,6 anos.
- (iii) A Companhia, exercendo seu direito de opção de regime tributário no início do exercício de 2022, optou pelo regime de caixa para a tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos, realizando assim o saldo de IR e CSLL diferidos ativo.

### c) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos

i. Impostos diferidos ativos	Obrigação de benefício pós-emprego	Benefícios a empregados	Provisões	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Outros	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>200.355</b>	<b>14.540</b>	<b>61.382</b>	<b>40.866</b>	<b>7.999</b>	<b>325.142</b>
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício dos outros resultados abrangentes	(2.901) (37.476)	5.143 -	34.018 -	- -	15.534 -	51.794 (37.476)
Diferenças cambiais	-	-	-	(40.866)	-	(40.866)
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>159.978</b>	<b>19.683</b>	<b>95.400</b>	<b>-</b>	<b>23.533</b>	<b>298.594</b>
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício dos outros resultados abrangentes	5.304 (12.909)	5.380 -	224.354 -	- -	10.386 -	245.424 (12.909)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>152.373</b>	<b>25.063</b>	<b>319.754</b>	<b>-</b>	<b>33.919</b>	<b>531.109</b>
ii. Impostos diferidos passivos	Variação cambial - Empréstimos e financiamentos	Imobilizado	Resultado não realizado com derivativos	Arrendamento	Outros	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	-	<b>(230.098)</b>	<b>(97.047)</b>	<b>(3.245)</b>	<b>(28.527)</b>	<b>(358.917)</b>
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	-	27.339	(30.634)	(104)	(10.884)	(14.283)
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	-	<b>(202.759)</b>	<b>(127.681)</b>	<b>(3.349)</b>	<b>(39.411)</b>	<b>(373.200)</b>
(Cobrado) / creditado do resultado do exercício	-	27.338	37.472	480	(23.101)	42.189
Diferenças cambiais	(36.861)	-	-	-	-	(36.861)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>(36.861)</b>	<b>(175.421)</b>	<b>(90.209)</b>	<b>(2.869)</b>	<b>(62.512)</b>	<b>(367.872)</b>
<b>Total de tributos diferidos registrados</b>						<b>163.237</b>

## 11 Provisão para demandas e depósitos judiciais

### Política contábil:

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

	Provisão para demandas judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	17.368	15.564	23.851	22.505
Cíveis, ambientais e regulatórias	22.246	28.282	18.980	29.691
Trabalhistas	27.437	41.055	8.485	10.166
	<b>67.051</b>	<b>84.901</b>	<b>51.316</b>	<b>62.362</b>

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Tributárias	Cíveis, ambientais e regulatórias	Trabalhistas	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>8.117</b>	<b>24.177</b>	<b>41.942</b>	<b>74.236</b>
Provisionado no exercício	3.766	2.034	2.659	8.459
Baixas por reversão / pagamento	(61)	(1.572)	(3.368)	(5.001)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	3.742	3.643	(178)	7.207
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>15.564</b>	<b>28.282</b>	<b>41.055</b>	<b>84.901</b>
Provisionado no exercício	3.130	893	6.823	10.846
Baixas por reversão / pagamento <sup>(ii)</sup>	(2.715)	(3.514)	(14.493)	(20.722)
Atualização monetária <sup>(i)</sup>	1.389	(3.415)	(5.948)	(7.974)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>17.368</b>	<b>22.246</b>	<b>27.437</b>	<b>67.051</b>

<sup>(i)</sup> Inclui baixa de juros por reversão.

<sup>(ii)</sup> Contempla pagamentos de acordos trabalhistas.

## Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Tributárias	3.494.853	2.594.265
Cíveis, ambientais e regulatórias	149.549	219.688
Trabalhistas	33.508	42.133
	<b>3.677.910</b>	<b>2.856.086</b>

### a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
IRPJ/CSLL <sup>(i)</sup>	3.071.095	2.378.879
Compensação tributos federais	114.202	115.074
Outros <sup>(ii)</sup>	309.556	100.312
	<b>3.494.853</b>	<b>2.594.265</b>

As contingências tributárias referem-se às autuações fiscais principalmente na esfera Federal, avaliadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos externos e pela administração e, portanto, sem constituição de provisão, conforme estabelece o CPC 25 / IAS 37. As variações de saldo referem-se a:

- (i) a) temas já existentes, com a respectiva atualização monetária dos referidos passivos contingentes;  
b) à lavratura de auto de infração, em dezembro de 2022, e ao recebimento de despachos decisórios de não homologação de compensações, em janeiro de 2023, relativos a não tributação, pelo IRPJ e pela CSLL, do incentivo fiscal de redução de base de cálculo do ICMS, nos períodos de 2015, 2016 e 2017, no valor total de R\$ 370.856 (para maiores informações vide notas explicativas 10.a e 20.a);  
c) recebimento, em janeiro de 2023, de despacho decisório de não homologação de compensação, glosando a amortização fiscal do saldo do conta corrente regulatório no período de 2015, no valor de R\$ 86.945 (para maiores informações vide nota explicativa 20.a).
- (ii) a) lavratura de autos de infração, em janeiro de 2023, para cobrança de multa isolada sobre as compensações não homologadas, referidas nos itens a) e b) do item (i) apresentado acima, no valor total de R\$ 144.064;  
b) ao ajuizamento de execução fiscal para cobrança de débitos de PIS, COFINS e IRPJ do período de setembro de 2016, no valor de R\$ 78.429, cuja probabilidade de perda na discussão perante a esfera administrativa era remota, mas foi reclassificada para possível diante das particularidades do processo judicial;  
c) à baixa de processos por encerramento favorável à Companhia ou reclassificação para perda provável.

#### **b) Cíveis, ambientais e regulatórias**

Os processos cíveis da Companhia, versam, em geral, sobre rescisões ou revisões de contratos, direitos reais, cobranças de valores e indenizações, decorrentes das atividades da Companhia, incluindo demandas sobre matérias regulatória e ambiental. No 1º trimestre de 2022, foi julgado improcedente e transitado em julgado, sem possibilidade de recursos, o processo movido por uma antiga contratada contra a Companhia, no montante de R\$ 51.767.

Os processos regulatórios versam, em geral, sobre processos administrativos sancionatórios instaurados por órgãos reguladores. No 3º trimestre de 2022, transitou em julgado decisão favorável definitiva à Companhia de processo judicial para discutir a ilegalidade de cobrança retroativa de taxa municipal de obras, no montante de R\$ 24.779.

#### **c) Trabalhistas**

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de: horas extras e reflexos, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, responsabilidade subsidiária/solidária, dentre outros.

## 12 Patrimônio líquido

### Política contábil:

#### a) Capital social

##### Ações ordinárias e preferenciais

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

##### Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social, 25%, são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em assembleia geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados como dividendos e são apresentados como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na demonstração do resultado.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil.

##### Reserva legal

Objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos. É constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social.

##### Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

O capital subscrito de R\$ 536.315, é representado por 103.863 ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 28.658 ações preferenciais de classe A. Conforme estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 2.000.500. Não houve movimentação da quantidade de ações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e sua composição é a que segue:

Acionistas	Quantidade de ações - milhares em 31/12/2022 e 31/12/2021					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Compass Gás e Energia S.A.	103.699	99,84	27.682	96,59	131.381	99,14
Outros	164	0,16	976	3,41	1.140	0,86
<b>Total</b>	<b>103.863</b>	<b>100,00</b>	<b>28.658</b>	<b>100,00</b>	<b>132.521</b>	<b>100,00</b>

## b. Lucros acumulados

### Em 1º de janeiro de 2021

Resultado líquido do exercício	2.119.121
Juros sobre capital próprio 2021, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(29.447)
Transferência para reserva legal <sup>(i)</sup>	-
Transferência para retenção de lucro	(580.830)
Dividendos	(1.508.844)

### Em 31 de dezembro de 2021

-

### Em 1º de janeiro de 2022

Resultado líquido do exercício	1.811.479
Juros sobre capital próprio 2022, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(61.634)
Transferência para reserva legal <sup>(i)</sup>	-
Transferência para retenção de lucro	(496.566)
Dividendos	(1.253.279)

### Em 31 de dezembro de 2022

-

- <sup>(i)</sup> Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve a constituição de reserva legal, pois conforme estatuto da Companhia se o valor da reserva legal exceder 20% do capital social, não deverá ser constituído.

## c. Juros sobre capital próprio

Em 21 de março 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio, referente ao período compreendido em 1º de janeiro de 2022 e 21 de março de 2022, no valor de R\$ 15.891, antes dos tributos, pagos em 04 de abril de 2022.

Em 21 de junho 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio complementar, relativo ao exercício de 2022, calculados até 21 de junho de 2022, no valor de R\$ 9.580, antes dos tributos, pagos em 05 de julho de 2022.

Em 20 de setembro 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio complementar, relativo ao exercício de 2022, calculados até 20 de setembro de 2022, no valor de R\$ 20.430, antes dos tributos, pagos em 04 de outubro de 2022.

Em 21 de dezembro 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio complementar, relativo ao exercício de 2022, calculados até 21 de dezembro de 2022, no valor de R\$ 15.733, antes dos tributos, pagos em 05 de janeiro de 2023.

## d. Dividendos

Em 21 de março 2022, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 684.109, sendo R\$ 580.830 com base no saldo da reserva de lucros gerados no exercício anterior e R\$ 103.279 com base no resultado do período apurado, pago no dia 04 de abril de 2022.

Em 28 de outubro de 2022, foi deliberado e aprovado o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 1.150.000 com base nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia de 30 de setembro de 2022, pago em 11 de novembro de 2022.

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Resultado líquido do exercício	1.811.479	2.119.121
<b>Lucro disponível para distribuição</b>	<b>1.811.479</b>	<b>2.119.121</b>
Constituição da reserva legal	-	-
<b>Base de cálculo para distribuição dos dividendos</b>	<b>1.811.479</b>	<b>2.119.121</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios - 25%</b>	<b>452.870</b>	<b>529.780</b>
Juros sobre capital próprio líquido	(52.389)	(25.030)
Dividendos pagos	(1.253.279)	(1.508.844)
<b>Juros sobre capital próprio e dividendos pagos</b>	<b>(1.305.668)</b>	<b>(1.533.874)</b>
<b>Total do lucro a destinar</b>	<b>496.566</b>	<b>580.830</b>

### Movimentação a pagar

<b>Em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>1.688</b>
Dividendos do exercício anterior	111.709
Dividendos do exercício corrente	1.508.844
Juros sobre capital próprio a pagar	29.447
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.649.653)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.035</b>
Dividendos do exercício anterior	580.830
Dividendos do exercício corrente	1.253.279
Juros sobre capital próprio a pagar	52.394
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.872.732)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>15.806</b>

### e. Destinação do saldo do resultado do exercício

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

## 13 Lucro por ação

### Política contábil:

#### a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. O lucro atribuível aos acionistas controladores, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. Pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano.

**b) Lucro diluído por ação**

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. O efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. O número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto os valores por ação):

<b>Resultado básico por ação</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Numerador</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	1.811.479	2.119.121
Ações ordinárias	1.389.691	1.625.701
Ações preferenciais	421.788	493.420
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.658	28.658
<b>Resultado básico por ação</b>		
Ação ordinária	13,38007	15,65240
Ação preferencial	14,71808	17,21764
<b>Efeito da diluição:</b>		
<b>Numerador</b>		
<b>Resultado do exercício</b>	1.811.479	2.119.121
Ações ordinárias	1.387.949	1.621.894
Ações preferenciais	423.530	497.227
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	103.863	103.863
Média ponderada de número de ações preferenciais	28.812	28.947
<b>Resultado diluído por ação</b>		
Ação ordinária	13,36330	15,61574
Ação preferencial	14,69963	17,17732

A Companhia possui uma categoria de possível efeito diluidor, que são seus planos de remuneração baseados em ações, nesse caso é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia em razão do exercício do plano de remuneração baseado em ações. Os acionistas detentores de ações preferenciais têm o direito ao recebimento de dividendo por ação 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, conforme estabelecido no estatuto da Companhia.

## 14 Receita operacional líquida

### Política contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

#### i. Receita faturada

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes, baseado nas medições mensais realizadas.

#### ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A Companhia acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

#### iii. Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida no resultado na fase de finalização da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção no final do período de relatório, e são incluídos no custo das vendas.

#### iv. Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

A seguir, é apresentada a composição da receita da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Receita bruta na venda de gás	20.480.106	13.736.707
Receita bruta na prestação de serviços e outros	389.731	268.554
Receita de construção	1.135.355	1.020.176
Impostos e deduções sobre vendas	(4.591.039)	(3.315.724)
Receita operacional líquida	<b>17.414.153</b>	<b>11.709.713</b>

## 15 Custos e despesas por natureza

### Política contábil:

Custo das vendas inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos.

Custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a amortização de ativos relacionados às prestações de serviços.

Os custos e as despesas são apresentados na demonstração do resultado por função. A reconciliação dos montantes por natureza/ finalidade é a seguinte:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b> <b>(Reapresentado)</b>
Custo do gás e transporte	(12.334.463)	(7.176.276)
Custo de construção	(1.135.355)	(1.020.176)
Amortizações	(498.487)	(436.093)
Despesas com pessoal	(225.136)	(201.904)
Despesas com materiais/ serviços	(409.332)	(322.519)
	<b>(14.602.773)</b>	<b>(9.156.968)</b>
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(13.962.106)	(8.629.736)
Despesas de vendas	(142.527)	(125.413)
Despesas gerais e administrativas	(498.140)	(401.819)
	<b>(14.602.773)</b>	<b>(9.156.968)</b>

## 16 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Créditos extemporâneos PIS/COFINS <sup>(i)</sup>	-	187.609
Renovação contrato concessão ARSESP <sup>(ii)</sup>	-	(43.721)
Valores em discussão com clientes	(13.369)	(16.000)
Resultado nas alienações e baixas do intangível	(45.191)	(21.083)
Efeito líquido das demandas judiciais	(11.791)	(9.691)
Efeito líquido da receita não faturada <sup>(iii)</sup>	-	(59.607)
Outros	(17.249)	(10.920)
	<b>(87.600)</b>	<b>26.587</b>

<sup>(i)</sup> Crédito extemporâneo da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide notas 5.7 e 6.

<sup>(ii)</sup> Renúncia de processos administrativos e regulatórios contemplados no 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Renovação do contrato de concessão.

<sup>(iii)</sup> Refere-se ao reconhecimento da variação apurada na realização da receita não faturada.

## 17 Resultados financeiros

### Política contábil:

A receita financeira compreende receita de juros sobre fundos investidos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado perda e contraprestação contingente, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Custo da dívida bruta</b>		
Juros sobre dívida	(905.383)	(548.722)
Ajuste a valor justo dívida e derivativos	(110.213)	90.102
Variação cambial sobre dívida	108.227	(60.888)
Fianças e garantias sobre dívidas	(15.217)	(15.454)
	<b>(922.586)</b>	<b>(534.962)</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	256.181	115.111
	<b>256.181</b>	<b>115.111</b>
<b>Custo da dívida, líquida</b>	<b>(666.405)</b>	<b>(419.851)</b>
<b>Outros encargos e variações monetárias</b>		
PIS e COFINS s/receitas financeiras <sup>(i)</sup>	(18.495)	(28.529)
Juros sobre outras operações <sup>(i)</sup>	164.374	509.910
Juros sobre clientes	45.171	19.661
Juros sobre ativo e passivo setorial	(33.887)	(243.711)
Juros sobre passivo atuarial e outros	(54.752)	(89.654)
Juros sobre contingências e depósitos judiciais <sup>(iii)</sup>	1.066	(8.272)
Despesas bancárias	(20.223)	(4.202)
Ajuste a valor presente	(26.931)	(40.415)
	<b>56.323</b>	<b>114.788</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(610.082)</b>	<b>(305.063)</b>
<b>Reconciliação</b>		
Despesas financeiras	(1.073.581)	(735.522)
Receitas financeiras	465.485	401.246
Variação cambial líquida	108.227	(60.888)
Derivativos <sup>(ii)</sup>	(110.213)	90.101
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(610.082)</b>	<b>(305.063)</b>

<sup>(i)</sup> Contempla o resultado da atualização monetária do crédito extemporâneo referente a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS, vide notas 5.7 e 6.

<sup>(ii)</sup> Contempla o resultado de derivativo de câmbio e juros.

<sup>(iii)</sup> Inclui baixa de juros por reversão.

## 18 Benefícios pós-emprego

### **Política contábil:**

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

### **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

### **Planos de benefício definido**

A Companhia oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação ao plano de pós-emprego de benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos do plano de benefício pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas ao plano de benefício definido são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Obrigação de benefício definido inicial	477.253	570.750
Custo dos serviços	538	487
Juros sobre obrigação atuarial	41.815	41.310
Liquidação antecipada no plano	(3.081)	-
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras <sup>(i)</sup>	(26.621)	(106.104)
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência <sup>(i)</sup>	(14.629)	(4.368)
Benefícios pagos	(27.118)	(24.822)
<b>Obrigação de benefício definido final</b>	<b>448.157</b>	<b>477.253</b>
Valor justo inicial dos ativos do plano	(6.728)	(6.174)
Receitas de juros	(253)	(457)
Retorno dos investimentos no ano (excluída a receita de juros) <sup>(i)</sup>	3.283	250
Liquidação antecipada no plano	3.698	-
Contribuições do empregador	(27.118)	(25.169)
Benefícios pagos	27.118	24.822
<b>Valor justo final dos ativos do plano</b>	<b>-</b>	<b>(6.728)</b>
<b>Passivo líquido de benefício definido</b>	<b>448.157</b>	<b>470.525</b>

(i) Efeito reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

A Companhia possui obrigações relacionadas a planos de benefícios pós-emprego, que incluem assistência médica e incentivo a aposentadoria, pagamento de doença e pensão por incapacidade, reconhecidas de acordo com a Deliberação CVM695.

O plano de pensão de benefício definido é regido pelas leis trabalhistas do Brasil, que exigem que os pagamentos do salário final sejam ajustados para o índice de preços ao consumidor no momento do pagamento durante a aposentadoria. O nível de benefícios fornecidos depende do tempo de serviço e do salário do membro na idade de aposentadoria.

O plano de aposentadoria PLAC foi encerrado em 24 de maio de 2022, através do distrato do plano. Os participantes tiveram direito ao recebimento de todos os saldos de conta acumulados no plano, assim como aos fundos de excesso – o que contemplava o Fundo Globalizado, fundo de excesso disponível para cobertura do benefício de risco BD do plano. O encerramento do plano foi reconhecido como um settlement e o valor do Fundo Globalizado destinado aos participantes impactou a Companhia como uma despesa no resultado do exercício de R\$ 616.

A Companhia iniciou em 07 de janeiro de 2022 com a Futura II - Entidade de Previdência Complementar, o Plano de Aposentadoria FuturaFlex, plano de previdência fechada complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). O plano tem como objetivo a concessão de benefício de previdência privada, sob a forma de renda mensal financeira.

Movimentação do saldo:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>564.576</b>
Custo dos serviços	487
Juros sobre obrigação atuarial	41.310
Benefícios pagos	(25.626)
Ganho atuarial	(110.222)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>470.525</b>
Custo dos serviços correntes	538
Juros sobre obrigação atuarial	41.815
Benefícios pagos	(27.118)
Ganho atuarial	(37.967)
Liquidação antecipada no plano	364
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>448.157</b>

Valor total reconhecido como outros resultados abrangentes acumulados:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes</b>		
Ganhos atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	26.621	106.104
Ganhos atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	11.346	4.118
<b>Perdas atuariais líquidas</b>	<b>37.967</b>	<b>110.222</b>

As principais premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios da Companhia são as seguintes:

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Taxa de desconto	10,45% a.a.	9,09% a.a.
Taxa de inflação	4,25% a.a.	3,50% a.a.
Crescimento salarial médio	n/a	6,60% a.a.
Morbidade ( <i>aging factor</i> )	3,00%	3,00%
Inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,60/(tempo de serviço +1)	0,60/(tempo de serviço +1)

O plano de benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na nota 10.

Em 31 de dezembro de 2022, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 10,6 anos (2021 de 11,7 anos).

## Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, embora mantendo outras premissas, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	Redução
0,50%	-0,50%
(21.878)	24.079

Não houve alteração em relação aos anos anteriores nos métodos e premissas utilizados na elaboração da análise de sensibilidade.

## 19 Pagamento baseado em ações

### Política contábil:

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

O modelo *Black-Scholes* foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações que são liquidáveis em ações ou em caixa. Em 31 de dezembro de 2022, possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

- (i) Planos de concessão de ações (liquidados em ação), sem *lock-up*, com entrega das ações ao final do período de carência de quatro anos, condicionada apenas à manutenção do vínculo empregatício (*service condition*).
- (ii) A Companhia realizou a outorga um plano de *phantom shares* que prevê a concessão de direitos de valorização de ações (“SARs”) e outros prêmios baseados em dinheiro para certos funcionários. Os SARs oferecem a oportunidade de receber um pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ações ordinárias da Compass, menos o preço da concessão.

O quadro abaixo apresenta os dados dos programas de pagamento com base em ações:

**Programa de concessão de ações**

Data do programa	Expectativa de exercício (anos)	Concessão de planos	Exercido / cancelado / transferido	Em 31/12/2022	Valor justo na data de outorga R\$ <sup>(i)</sup>
01/08/2018	4	96.787	(96.787)	-	59,66
31/07/2019	4	83.683	(14.794)	68.889	79,00
		<b>180.470</b>	<b>(111.581)</b>	<b>68.889</b>	

**Plano de remuneração baseado em ações liquidado em caixa**

Data do programa	Expectativa de exercício (anos)	Concessão de planos	Acréscimo de ações <sup>(ii)</sup>	Disponível em 31/12/2022	Valor justo na data de outorga R\$
01/11/2021	3	164.967	30.447	195.414	25,46
		<b>164.967</b>	<b>30.447</b>	<b>195.414</b>	

(i) A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação Black-Scholes.

(ii) Total de ações acrescidas correspondente ao valor proporcional dos dividendos, juros sobre capital próprio e redução de capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos seus acionistas entre a data da outorga e o término do referido período de *vesting*.

Em 31 de agosto de 2022 foram liquidados em caixa o plano de 2018 gerando um efeito no montante de R\$ 15.597 (R\$ 30.336 do plano 2017 em 31 de dezembro de 2021) no patrimônio líquido da Companhia, pela variação do valor da ação na data da outorga, em relação ao valor da ação na data da liquidação.

## Mensuração de valores justos

O valor justo médio ponderado dos programas concedidos durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e as principais premissas utilizadas na aplicação do modelo Black-Scholes foram as seguintes:

	Plano de remuneração com base em ações	
	31/12/2022	31/12/2021
Média ponderada do valor justo na data da outorga	78,58	78,58
Média ponderada das principais premissas na data de outorga:		
Preço de mercado	79,00	79,00
Taxa de juros	6,82%	6,82%
Dividendos esperados	(5,39)	(5,39)
Volatilidade	32,81%	32,81%

A volatilidade esperada foi estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Companhia em período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção.

## Reconciliação de opções de ações

O movimento no número de prêmios em aberto são os seguintes:

	Plano de remuneração com base em ações
Saldo em 1º de janeiro de 2021	302.194
Exercido	(154.279)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	147.915
Exercido	(79.026)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	68.889

## Despesa reconhecida no resultado

A despesa de remuneração baseada em ações incluída na demonstração do resultado para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi a seguinte:

	Plano de remuneração com base em ações
31/12/2021	3.634
31/12/2022	2.339

## **20 Eventos subsequentes**

### **a) Contingências tributárias relacionadas a imposto de renda e contribuição social**

A Companhia recebeu, em janeiro de 2023, despachos decisórios proferidos pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) não homologando compensações realizadas com saldos credores de IRPJ e CSLL. Em virtude das compensações não homologadas, a RFB lavrou autos de infração para cobrança da multa isolada de 50%, também recebidos em janeiro de 2023 pela Companhia. A chance de perda de tais cobranças está classificada como possível pelos assessores jurídicos externos e pela administração da Companhia e, portanto, sem constituição de provisão, conforme estabelece o CPC 25 / IAS 37 (para maiores informações vide nota explicativa 11.a).

### **b) Julgamento do Supremo Tribunal Federal sobre coisa julgada em matéria tributária**

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia revisou os temas tributários para os quais tem decisão definitiva (coisa julgada) nos últimos 5 (cinco) anos e não identificou nenhum impacto do julgamento do STF ao tratamento atualmente conferido aos seus recolhimentos tributários.

### **c) Devolução dos créditos de PIS/COFINS aos consumidores**

Em janeiro de 2023 a ARSESP realizou audiência pública, relacionada ao tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes da Companhia, provenientes da exclusão do ICMS das suas bases, cuja finalidade é permitir a participação da sociedade para além das contribuições escritas, visando promover o diálogo entre a administração pública e o cidadão. São mecanismos de participação social, de caráter preliminar e consultivo, realizado com prazo definido e aberto a qualquer interessado, com o objetivo de receber contribuições sobre determinado assunto que ainda será aprofundado e analisado no decorrer do processo decisório pela autoridade pública. A agência reguladora, na proposta preliminar, apresentou a concepção do tema a partir de uma possível devolução integral e difusa para todos os usuários. No âmbito da Consulta Pública, a Companhia e demais membros da sociedade apresentaram importantes contribuições a serem consideradas pela agência durante o referido período de análise. Dessa forma, até que se concluam as análises por parte da agência reguladora dessas contribuições, o tema segue sob estudo e sem concretização acerca de próximos passos, não havendo assim impacto nessas demonstrações financeiras.